



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro – CMS/RJ

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 18/07/2023

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas às dezessete horas na Sala 649, situada na rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Bloco I – Centro Administrativo São Sebastião/CASS reuniram-se pelo segmento dos usuários: conselheira Gabriella Santoro da Silveira Machado (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ); conselheira Regina de Fátima de Souza (União Brasileira de Mulheres – UBM/RJ); conselheiro Abílio Valério Tozini (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira Nancy dos Santos Senhor (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheiro José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheira Cleide Fernandes da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Telma Pires Nogueira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira suplente Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira suplente Denise Resende Sanches (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ); conselheiro Júlio Moreira Noronha (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED); conselheira Haydee Barreto Lopes (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer – AFINCA); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do Rio de Janeiro – SINFITO) e o conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro –

SINDPSI)). Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços: conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Emanuelle Pereira de Oliveira Correa (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Caroline Carvalho Caçador (Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas e Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro) e a conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Coordenação dos trabalhos: Presidência do Conselho: **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes. Moderadora: Secretária Executiva do Conselho: **Lúlia de Mesquita Barreto**. **Comissão Executiva: conselheiros Usuários:** José Cosme dos Reis, Rene Monteiro de Almeida Júnior, Márcio Berman e Regina de Fátima de Souza; **conselheiros Profissionais:** Wagner Gomes Bezerra e Alzira Prata Faria; **conselheira Gestor/Prestador:** Liliane Cardoso de Almeida Leal. **Controladores do Tempo:** conselheiros Alzira Prata Faria e Wagner Gomes Bezerra. **Inscrições para perguntas:** conselheira Regina de Fátima de Souza. Credenciamento: conselheiro José Cosme dos Reis. Leitura: **Secretária Executiva: Lúlia de Mesquita Barreto**. **Pauta do Dia: 1)** Deliberação da ata de 13/06/2023 - **5 minutos**. **2)** Deliberação do processo 09/000784/2023. Assunto: Habilitação para realização de Laqueadura Tubária do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla (AP 3.3) – **5 minutos**. **3) Educação Permanente:** Apresentação da Cartilha para prescrição de Hormônios para Afirmação de Gêneros – **40 minutos** (20 minutos para apresentação e 20 minutos para perguntas). **4)** Apresentação da Parceria Público Privada – **40 minutos** (20 minutos para apresentação e 20 minutos para perguntas). **5)** Indicação de Usuário em substituição a conselheira Cleide Fernandes da Silva no Comitê de Ética e Pesquisa da Fiocruz – **10 minutos**. **6)** Informes da Presidente do Conselho Municipal de Saúde – **5 minutos**. **7)** Informes das Comissões do Conselho Municipal de Saúde – **10 minutos**. **8)** Informes dos Conselhos Distritais de Saúde – **10 minutos**. **9)** Informes da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde – **5 minutos**. **10)** Informes da Gestão – **5 minutos**. **11)** Informes do Colegiado – **10 minutos**. A reunião foi iniciada às 14 horas e 25 minutos com quórum previsto no Regimento Interno do CMS/RJ. **O conselheiro Rene Monteiro de Almeida Júnior** pediu inclusão de pauta. Disse que tem um processo que foi repassado para o CDS da AP 5.3 e que não entrou na pauta porque foi entregue ontem à tarde ao CMS/RJ. Então pediu mais detalhes do processo. A conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal informou que chegou um processo referente ao tratamento de queimados. Trata-se de uma habilitação do Hospital Municipal Pedro II que passou pelo CDS da AP 5.3, mas não chegou no tempo hábito na reunião da Comissão Executiva. Informou que o serviço está sendo ofertado mas é melhor quando habilitado. **O conselheiro Abílio Valério Tozini** informou que tem uma questão. A Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto disse que não é o que foi falado com a Presidente Fátima Lopes ao telefone. **O conselheiro Abílio Valério Tozini** confirmou. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** disse que você (conselheiro Abílio) fez uma visita ao CDS da AP 3.1 junto com o CDS da AP. 2.1 e o consideraram apto. Porém, necessita passar pela Plenária do CDS da AP 2.1 que será amanhã e depois na Plenária do CDS da AP 3.1. **O conselheiro Abílio Valério Tozini** informou que as plenárias vão aprovar por unanimidade. Prosseguindo, a Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto colocou em votação a Pauta que foi lida anteriormente sendo aprovada por maioria simples. **Ponto um:** Deliberação da ata de 13/06/2023 que ao ser colocação em votação foi aprovada por maioria simples. **Ponto dois:** Deliberação do processo 09/000784/2023. Assunto: Habilitação**

para a realização de Laqueadura Tubária do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla (AP 3.3). Ao ser colocado em votação o processo foi aprovado por maioria simples. Inclusão de ponto na pauta. Nesse momento, a **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** colocou em votação o processo de habilitação do Hospital Municipal Pedro II para serviço de tratamento de queimados dessa unidade de saúde, que foi aprovado por maioria simples. **Ponto três: Educação Permanente**. Nesse momento, a **Superintendente de Atenção Primária, Dra. Larissa Cristina Terrezo Machado** e o **Coordenador** do Programa de Residência de Medicina de Família e Comunidades da SMS, preceptor na Clínica da Família Maria do Socorro, **Dr. Bruno Alves** iniciaram a apresentação da Cartilha para prescrição de hormônios para afirmação de gêneros, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. O **Dr. Bruno Alves** e a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** deram suas contribuições. Em seguida foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** perguntou se a cartilha tem protocolo para a pessoa que sofre qualquer tipo de violência e se é acolhida na Unidade Básica de Saúde? Indagou ainda se a cartilha terá um direcionamento para que a pessoa procure os órgãos por qualquer violência? Indagou por fim qual a idade mínima para acessar o serviço de prescrição de hormônios, pois os jovens com dezessete anos tem autonomia e fazem isso por conta própria, sendo que a maioria mora em comunidade e são tutelados por alguém, mas pela lei eles são considerados menores de idade para fazer esse serviço. A **conselheira Maria Angélica de Souza** perguntou se o hormônio e os remédios para fazer essa hormonização serão dados pelo município do Rio de Janeiro através da Atenção Básica de Saúde? Indagou ainda se essa pessoa será acompanhada pela Saúde Mental com o uso de medicação? O **conselheiro Júlio Moreira Noronha** acha que tem algumas complicações, principalmente para quem já é masculino, pois em geral dá lesões hepáticas graves e a pessoa tem que ir para uma emergência, além do câncer também. Essa é uma facilidade, mas para a população fica difícil. Como é feito com facilidade, isso é importante. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que o preparo não é feito de qualquer jeito, por exemplo, a pessoa faz a hormonização mas antes disso requer tempo e preparo para que ele conheça os processos físicos e biológicos pelos quais passará e também a sua transformação psicológica. Perguntou como está sendo feito esses encaminhamentos em relação à preparação da pessoa que vai solicitar a hormonização? A **conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento** informou ter dúvidas como profissional. Disse que assistiu a Cartilha e também a Educação Continuada e espera que seja distribuída aos profissionais e de que modo? Informou que atualmente ainda existe uma grande desinformação nas unidades de saúde por causa do preconceito dos profissionais, preconceito esse que os impedem de ter acesso ou mesmo pegarem a cartilha para se instruírem, caso tenham interesse de ouvir. Perguntou como preparar os profissionais para que sejam esclarecidos e se libertem desse preconceito para que depois tratem e falem para essa pessoa como é importante se identificar e ter esse direito de ser tratada com respeito e usar o nome social para não ser tratada de forma diferente, mas como pessoa que necessita como ser humano. Respondendo para a conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento, a **Dra. Larissa Cristina Terrezo Machado** disse concordar em relação à preocupação da implementação da Cartilha já que existe o problema estabelecido na Rede e que temos uma grande dificuldade dessa política virar e enraizar para a nossa Rede. A Cartilha não resolve o problema se o profissional não quiser, mas ajuda muito. Respondeu que a informação chegará aos profissionais por

meio dos treinamentos do modo que fazem. Temos a CAP que recebe o treinamento, temos os pontos focais que recebe os treinamentos e podemos multiplicar inclusive nos territórios. O treinamento não garante necessariamente que a política será colocada em prática, mas temos outros mecanismos de indução; como falou, vamos vigiar e monitorar a produção ambulatorial, pois temos um código Sigtap para acompanharmos, por exemplo, quantas pessoas estão sendo humanizadas na Atenção Primária já que temos isso como meta do PPA. Hoje, é meta do PPA no município termos um número 'xis' de unidades ofertando a hormonização. Então existe uma política de indução, mas tínhamos a certeza que faltava a parte técnica e investiram nessa parte técnica. Disse discordar da conselheira Lucimar quando disse que cem por cento das unidades negam e dizem que isso é muito estranho. A **conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento** retificou que não são as unidades e sim os profissionais em grande número ainda. A **Dra. Larissa Cristina Terrezo Machado** disse que é um grande número, mas não são todos. Então têm várias unidades que têm o olhar muito sensível trabalhado e com foco na integralidade dos cuidados das pessoas LGBT. Então não podemos deixar de reconhecer esses esforços por mais que não seja um esforço homogêneo na integralidade do município e que precisa reconhecer sim que nós temos profissionais muito sensíveis para essa pauta. Respondendo ao conselheiro Marinaldo Silva Santos, a Dra. Larissa Cristina Terrezo Machado disse que ele perguntou como são os encaminhamentos para quem vai iniciar a hormonização e se tem, por exemplo, uma avaliação psicológica prévia? Para responder ao conselheiro foi chamado o Dr. Bruno Alves informando que pelo CFM a avaliação psicológica para começar a hormonização não é mais necessária. No início do processo transexualizador era necessário para começar a hormonização mas hoje não, pois o médico de família é capaz de fazer essa avaliação. Contudo, temos vários protocolos que reza o que é critério de exclusão ou de alerta para iniciar uma hormonização, sendo alguns critérios de saúde mental mais avançados e outros. Informou que essas são as condições de saúde para não começar a hormonização sozinho ou não começar naquele momento. Isso está explicitado na Cartilha, ou seja, às situações de riscos no qual a Atenção Primária em Saúde não deve começar a hormonização sozinha. Tentamos colocar isso de modo didático para facilitar e até colocar os limites que temos como os acompanhamentos de Saúde da Atenção Primária, em qualquer condição. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** pediu para fazer uma observação. Informou que tem uma visão única e exclusiva de forma biológica da questão de gênero desse serviço de hormonização. Mas sabemos que não é apenas uma questão biológica, mas de identificação de processo psicológico pelo qual o indivíduo passa e está contido nele. Quem faz a avaliação é o psicólogo, não é o médico. Isso que os senhores estão trazendo aqui está além da medicina do ponto de vista da biologia. A **Dra. Larissa Cristina Terrezo Machado** disse que essa crítica é bem pertinente, mas dentro da medicina de família, talvez não seja comum para as outras especialidades termos uma prática que chamam de 'centrada no paciente'. Quando centramos no paciente, entendemos que eu preciso olhar para ele não só do ponto de vista biomédico e biológico, mas que essa pessoa é um indivíduo inserido dentro da sociedade, dentro de uma família e que tem uma biografia diferente de nós e que estruturou o seu processo de identificação de gênero diferente de nós. Que estamos aqui e os com que ele convive. Temos essa sensibilidade enquanto médico de família, isso é parte da nossa formação. Então é óbvio que não substituiu outra categoria profissional e que não é da nossa expertise fazer acompanhamento psicoterápico, mas a Rede de Atenção

Primária é parte da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), inclusive fazemos cuidados de saúde mental na Atenção Primária, não só do ponto de vista biomédico de prescrição de medicamentos. Fazemos acompanhamentos de questões do sofrimento psíquico, luto e as outras questões. Acha que a crítica do conselheiro é pertinente. O Dr. Bruno Alves informou que a Cartilha reforça isso, justamente essa parte da construção do gênero que tem consulta centrada na pessoa e sempre tem o apoio do NASF e dos núcleos de apoio. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** fez uma sugestão: que consultem o Conselho Federal de Psicologia. A **Dra. Larissa Cristina Terrezo Machado** disse que podemos considerar, mas a princípio não é necessário. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que do ponto de vista de uma lei ou sem ela que peçam ao Conselho Federal de Medicina para fazer uma deliberação. A **Dra. Larissa Cristina Terrezo Machado** disse que entende que isso faz parte do serviço da Atenção Primária e irão continuar com isso na Atenção Primária. Que entende a colocação do conselheiro mas não vão consultar o Conselho Federal de Psicologia por conta disso. Prosseguido, informou que já responderam para a conselheira Maria Angélica em relação às medicações que estão entrando pela relação municipal de medicamentos e que serão adquiridas por via municipal. O manejo das complicações, após a hormonização e que foi questionado pelo conselheiro Júlio Noronha. Aproveitou para indagar ao Dr. Bruno se quer falar sobre isso. O **Dr. Bruno Alves** disse que as complicações estão estáveis e sugeridas como apoio e o que pode ser acompanhado na Atenção Primária e que precisa ser encaminhado para o serviço especializado. O que temos das complicações que está explicitado na Cartilha. E, os trabalhos mostram que o aumento dos riscos de câncer; eles são compatíveis com a pessoa do gênero de referência. Se eu estiver fazendo uma hormonização, não sou eu que estou dizendo, pois os trabalhos que lemos falam que os riscos de câncer são semelhantes à pessoa daquele gênero que estamos fazendo. Isso está explicitado na Cartilha. Respondendo ao conselheiro Geraldo Batista, a Dra. Larissa Cristina Terrezo Machado informou que fez apontamentos muito bons e perguntas muito boas como a idade mínima aos dezesseis anos, mas na Atenção Primária tomaram a decisão de iniciar apenas com pessoas de dezoito anos, nesse momento. Entendemos a delicadeza que é inclusive trabalhar com adolescente nessa pauta, mas precisamos amadurecer na base, que é o tratamento do adulto. Então, nesse primeiro momento vamos avançar para as pessoas acima de dezoito anos, mas temos ciência como conselheiro Geraldo alertou que os adolescentes a partir dos dezesseis anos também podem ser incluídos nessa política. Em relação à questão da orientação sobre violência, essa Cartilha como o Dr. Bruno falou é uma Cartilha técnica do ponto de vista da orientação técnica para a hormonização. Óbvio, que na sua introdução abordamos questões pertinentes a essa população, sensibilizamos em relação ao olhar para pessoas LGBT que pode ser vítima de violência, mas a Cartilha não tem essa finalidade. Trabalhamos isso em outros materiais dentro da SMS. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** agradeceu pela participação dos dois e dizendo que sempre pede aqui que o tema, que a SMS, que a SUPBAV e a SUBHE tragam para o CMS/RJ. Ainda, que os presidentes conversem cada um com o coordenador de sua Área Programática e também que levem essas pautas para a sua distrital. Disse que a Coordenadoria de cada Área tem condição de ter um profissional que vai fazer uma apresentação. E o médico de família já está orientado e disposto para conversar. É muito pertinente que nas dez Áreas Programáticas (AP's) tenha o mesmo tema para proporcionar mais usuários com o mesmo conhecimento. Pediu aos conselheiros que levem isso para o

seu distrital devido à relevância desse tema. **Ponto quatro.** Nesse momento, o **Chefe de Gabinete da SUBHUE, Dr. Fernando Rocha** iniciou a apresentação da Parceria Público Privada utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final, foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **conselheira Cleide Fernandes da Silva** informou que não lembra se foram citados os profissionais e os usuários do HMSA, pois essas pessoas serão afetadas diretamente, inclusive os profissionais precisam ser ouvidos. Perguntou se tem grupo de trabalho para ser acompanhado pelos profissionais? Perguntou se esse processo pode ser interrompido, caso não dê certo? Antes, por segurança, tem que fazer avaliações temporárias e eventuais. O **Dr. Fernando Rocha** disse que a primeira preocupação que temos é com o usuário, paciente final. Foi quatro vezes ao HMSA para fazer uma roda de conversa com os profissionais. Mas o Secretário Dr. Daniel Soranz foi mais vezes para fazer uma roda de conversa com os profissionais, além de colocar avisos em lugares estratégicos para serem vistos. Então, também tiveram uma grande preocupação com os profissionais e tiveram retorno. Informou que qualquer ato administrativo pode ser interrompido pelo interesse público sem problemas. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** informou que antes deveriam fazer uma apresentação sobre essa situação no CMS/RJ, depois os conselheiros dariam suas contribuições. Indagou se foi publicado em diário oficial? Se o CMS/RJ é levado a sério pela SMS, deveria ser o primeiro a ser consultado e tomar ciência. Estamos tentando fazer isso. O que pensam os conselheiros? Têm contribuição, se não tem não somos Controle Social. Isso foi noticiado através da imprensa e depois divulgaram que a licitação seria em São Paulo. Apenas uma empresa foi credenciada. Isso não é concorrência. Disse que trabalhou em uma grande empresa onde os funcionários eram próprios, incluindo os ascensoristas e o que fazia café. Eles tinham plano de saúde, mas quando me aposentei com trinta e um anos de trabalho, se levantassem um pouco a voz no dia seguinte não voltavam porque alguém fez uma ligação telefônica e eles seriam excluídos da vida profissional. Os serviços que não são atividade-fim foram terceirizados. Qual a diferença? Quando a empresa era própria os funcionários recebiam salário, tinha o mesmo plano de saúde que eu, que era analista de nível superior, considerado pós-graduado. Essa história de terceirização é boa para o dono da empresa, aquela empresa que recebeu o dinheiro, que deveria distribuir pela força do trabalho com salário digno, estabilidade no emprego. Vem à eleição e contratam cabos eleitorais, mas com o fim do processo eleitoral são demitidos. É isso que vejo com esses processos de terceirização, parceria Pública Privada; é pegar o dinheiro público para grupos empresariais se enriquecerem e a população cada vez mais miserável. Isso não é regime para o ser humano. Têm que ter funcionários públicos próprios e que tenham dignidade, seja o médico que vai operá-lo, seja o que vai limpar o banheiro que estava sujo. São Seres humanos iguais aos outros. Então, não é porque um teve mais oportunidades e que vai ter carteira assinada, depois de ter passado em um concurso público. E outro que não teve oportunidade, que vai ser terceirizado, precarizado e ter um número no contrato. Revoltante, pois quando aparecem nos slides é uma beleza. Percebam, e a sociedade teve mais pessoas desempregadas e nos quatro anos dos empresários, eles ficaram mais ricos. O Brasil é o país que têm a maior concentração de riqueza do mundo. E um dos fatores é a terceirização. Nesse momento ocorreu forte “burburinho”. O **conselheiro Rene Monteiro de Almeida Júnior** pediu questão de ordem e a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** aceitou. O **conselheiro Rene Monteiro de Almeida Júnior** disse que foi pactuado fazer uma pergunta e o

doutor responde, pois cada um terá sua vez para que os conselheiros escutem a fala do colega. O **Dr. Fernando Rocha disse** que o procedimento de manifestação de interesse, Senhor Abílio, é importante que o Senhor saiba, entenda e compreenda para filtrarmos algumas coisas porque o Controle Social é importante para a sociedade, principalmente. Então é importante ter um conceito correto para passar aos outros e fazer a crítica necessária. Esse fórum é para isso mas não podemos deixar de falar a verdade nesse fórum. Respondendo, disse o que aconteceu previamente a essa licitação; o que está acontecendo é o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), previsto na Legislação que fixa que um consórcio ou um privado possa estudar a viabilidade jurídica, operacional e técnica de fazer uma concessão dessa monta. Então fizemos uma seleção publicada e amplamente divulgada para que alguém manifeste o interesse de impugnar ou o interesse de estudar a viabilidade jurídica, técnica e operacional. Isso não é a concessão administrativa porque foi feito sete ou oito meses antes. Estamos planejando isso durante dois anos e meio. Não foi ideia do secretário que no mês passado resolveu fazer uma concessão administrativa via PPP para esse ano. Então fizemos essa prévia, que é o PMI, previsto em legislação. Foi atestada a viabilidade jurídica e operacional nisso. Então, a partir daí tramitamos o processo para os Órgãos de controle interno, inclusive aos Órgãos de controle externo como o Tribunal de Contas que arquivou o processo depois de termos respondido uma diligência. É importante deixar claro que não deve ter uma empresa vitoriosa antes da licitação. Esse é um ponto. O outro ponto que o Senhor destacou é em relação à precariedade dos serviços, como bem o Senhor colocou, não importa se é do beco ou um médico. A limpeza no Hospital Municipal Souza Aguiar foi terceirizada há algum tempo por ser atividade-meio e acompanham de forma gerencial o resultado. Se o paciente está andando e andar em um chão limpo, ou deveria. Se aquele agente público é celetista ou estatutário para o paciente não importa. Não temos outro interesse do que servir o paciente usuário do SUS. Não importa o regime jurídico daquele profissional na atividade-meio. Mas não mexeremos na atividade-fim, mas atividade-meio que é feita por empresa privada e que recolhe o resíduo, faz a recepção, a limpa das roupas e afins. Algo muito importante da concessão administrativa que vai trazer maior agilidade, vamos trocar mais ou menos cinquenta ou sessenta contratos por um só. Vocês sabem como é acompanhar um contrato desses em termos de RH, expertise e de estrutura. Importante destacar aqui também que foi a primeira PPP da Saúde no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Isso aconteceu na cidade de Salvador, em São Paulo e principalmente no Sul. A **conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento** informou que o Dr. Fernando Rocha respondeu para o conselheiro Abílio que não importa para o paciente quem limpa, seja estatutário ou o celetista. Realmente para o usuário que não tem conhecimento, isso não faz diferença. Como acontece comigo no meu trabalho, por exemplo, onde uma paciente com suspeita de (inaudível) usava o banheiro coletivo. Fui então a única profissional, por ser estatutária a ter liberdade de questionar porque não vai ter chefia e político que vai me mandar calar. Então fui lá questionar a falta dos EPIs dos profissionais que colocavam em risco porque faltou fornecer os EPIs porque ela usava um banheiro coletivo, não o banheiro do quarto dela, que não era um isolamento completo. Isso foi na unidade em que trabalho. Disse que tem estabilidade e que tem voz para questionar a chefia mesmo que ela não goste, assim como o prefeito e o secretário de saúde. Mas um colega celetista, que tem contrato fica em silêncio porque a fila lá fora está imensa para ocupar o lugar dele. Então lhe respondo que faz diferença sim porque nós servidores públicos com

estabilidade somos fiscais dos Serviços Públicos, do melhor Serviço Público para a população, inclusive as nossas famílias e os nossos vizinhos fazem uso também desse serviço. Informou que o SATEMRJ solicitou uma reunião com o Secretário de Saúde Dr. Daniel à época para que marcasse junto com o Diretor, na época do HMSA. O Secretário de Saúde disse que faria essa reunião, mas saiu para se candidatar e a Mesa do SUS foi suspensa. Ele não dialoga. Diário Oficial de dia quinze de junho, página 63, esclarecimento 18 está: “Verificou-se que há muitos funcionários estatutários e da empresa municipal de saúde atualmente trabalhando no Complexo Hospital do HMSA, incluindo aqueles em funções de bata cinza. Acredita-se que esses funcionários serão realocados pelo poder concedente para outras funções e unidades da rede municipal de saúde. Gostaríamos de confirmar se nossa compreensão está correta e também solicitar as seguintes informações: o número total de funcionários atuais por tipo de contrato (estatutário, RioSaúde, CLT) e por função (bata branca, bata cinza ou mista), bem como uma estimativa do número de funcionários indiretos contratados por meio de terceirização. Resposta: “todos os funcionários terceirizados poderão ser recontratados de acordo com a avaliação da concessionária; os estatutários serão disponibilizados para a Secretaria de Saúde que definirá suas realocações”. É isso que está escrito neste Diário Oficial do Município. O Secretário de Saúde repassou uma fala aos grupos via Whatsapp quando isso foi repassado no HMSA deixando os trabalhadores muito assustados dizendo que não seriam realocados. Perguntou se a questão da concessionária seria falta de capacidade do município de gerir um hospital e se precisam colocar capital de fora? Realmente a concessionária faz obras e não tem lucro nenhum. Hoje vejo as OS's retirando servidores e mantendo os funcionários celetistas que têm que se manterem em silêncio. Vale o que a palavra do Secretário de Saúde ou o que está publicado em Diário Oficial do Município. Porque o Secretário de Saúde, hoje, não está cumprido mais a Mesa do SUS? O **Dr. Fernando Rocha** informou que durante os vinte e dois anos de funcionário público, exerce atividade pública no município. Então não é uma opinião particular, mas vim explicar uma emenda institucional. É importante uma leitura atenta na pergunta, não apenas na resposta. O que vai ser realocado, inclusive para dentro do hospital (HMSA) são as atividades não assistenciais. Portanto, conselheira Lucimar, a senhora sabe quantos profissionais têm o serviço de arquivo médico do HMSA, são cinquenta e dois técnicos de enfermagem. Isso significa dizer que a gente precisa em prol do paciente do HMSA, realocar aqueles funcionários dentro do HMSA, principalmente para acompanhar essa Gestão. Esse novo modelo de Instrumento Jurídico, que a gente vai ser implementado a partir do final desse ano ou ano que vem. Então vamos otimizar um técnico de enfermagem, dentro daquele serviço de arquivo médico, que inclusive vocês sabem agora que tem prontuário eletrônico, inclusive no HMSA. A **conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento** perguntou se a RioSaúde também está incluída nesse prontuário também? O **Dr. Fernando Rocha** disse que a Riosaúde ocupa algumas dessas funções que destacou nas dezesseis atividades assistenciais. A Riosaúde exerce lá um fortalecimento de RH, mas com esse fortalecimento de RH não vamos mexer. A pergunta foi do interessado e a resposta foi passada em Diário Oficial. Disse que tem uma pergunta da conselheira Lucimar e um do conselheiro, muito além do Diário Oficial. O que mais o preocupou, além de ter e além de disponibilizar uma estrutura digna para o paciente foi à transparência. Que foi muito transparente, inclusive junto aos Órgãos do Controle Externo: Câmara Municipal e Ministério Público, que pleitearam algumas informações e respondemos as

informações pedidas. Disse que o mais importante é que o Controle Social saiba da verdade. Em nenhum momento disse aqui do retorno, mas vai ter natureza convenial. O consórcio vai receber uma contraprestação mensal. A senhora viu alguma obra concluída em dois anos no município feita diretamente pela Riourbe. Porque deixaríamos o paciente em uma estrutura antiga só porque tem que ser feita pela Administração Direta? Não vamos conseguir. É uma obra que vai ser feita em três anos e que vai reestruturar o HMSA, reformar uma estrutura que está precária. Se nós não ocuparmos em favor daquelas pessoas que necessitam do HMSA; porque queríamos que essa obra fosse feita pela Administração Direta, vamos pagar parcelados em trinta anos. Uma obra dessa não teria esse valor, nunca. Eu desejo registrar aqui que a nossa ocupação é com o paciente. A **conselheira suplente Miriam Andrade de Souza Lopes** informou vale o que está escrito no Edital ou que ele (Secretário) falou? O **Dr. Fernando** Rocha repetiu que uma leitura atenta percebe-se tanto principalmente na pergunta para aqueles que estão dentro das atividades não assistenciais serão realocados. Que deu o exemplo do serviço de arquivos médicos, que hoje tem prontuário eletrônico. E os cinquenta e dois técnicos de enfermagem serão otimizados e realocados dentro do HMSA, inclusive acompanhando esse contrato. Indagou se respondeu a pergunta? Prevalece o que foi respondido em uma leitura atenta da pergunta e da resposta. A **conselheira suplente Miriam Andrade de Souza Lopes** perguntou se estava falando de desvio de função? O **Dr. Fernando Rocha** disse que não é desvio de função. A **conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento** disse que não é dizer que falta uma leitura atenta, mas o que está escrito. Que leu exatamente o que está no texto. Aqui não está dizendo que eles estão em arquivo médico. Completando, o **Dr. Fernando Rocha** disse que serão disponibilizados. Completando, a **conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento** disse que serão disponibilizados para a SMS que definirá suas realocações. Mas, não estou dizendo que ele está em arquivo médico. O **Dr. Fernando Rocha** respondeu que trouxe um exemplo. Novo “burburinho”. A **conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento** também está aqui à avaliação dos estatutários, mas não disseram nada dos estatutários, desculpa, mas não pode dizer que eu não tive uma leitura atenta. Estou lendo na íntegra o esclarecimento dezoito. O **Dr. Fernando Rocha** respondeu que serão realocados e disponibilizados no âmbito do HMSA. Outro “burburinho”. A Fala foi interrompida por excesso de tempo. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que agora o doutor responderá as perguntas de três conselheiros em três blocos de três. Indagou se está combinado? O pleno concordou. A **conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires** informou que gostaria de entender uma situação. Em novembro, um senhor reclamou que se acidentou no centro da cidade. Este senhor estava lá há quatro meses. Mas quando chegamos lá (inaudível) tinha quatro aparelhos de arcos cirúrgicos quebrados. Nós entramos com a diretora lá e falamos com ela que por falta de manutenção essas pessoas estão esperando os aparelhos fossem consertados e com isso conseguirem o seu procedimento cirúrgico. A nova diretora disse que estava a caminho de consertá-los e logo depois disso foi resolvido. Informou que estranha às situações que acontecem aqui. Disse que não é profissional, mas leiga e usuária, porém uma situação a deixou preocupada. Como o senhor disse aqui que o serviço é do SUS e gratuito e o SUS nós pagamos caro e temos os mesmos direitos do que o privado, de ser bem atendido, de ser bem acolhido, de ter um hospital maravilhoso e de primeiro mundo, pois morei na cidade de São Paulo e depois na cidade de Curitiba. Às vezes pensa nas cidades em que morou. Com todo o carinho e

respeito é que atendo os profissionais e aos usuários do SUS que é meu plano de saúde porque não posso pagar outro plano, mas pago ao SUS. Que está muito preocupada com as pessoas que dizem que ganhou um aparelho auditivo de graça. Não, você pagou por ele e pelo serviço dele, respondeu. Então o SUS teria os melhores hospitais e os atendimentos de primeiro mundo. Concordo com o senhor, a gente vê essa situação de aprovação em vários setores e porque não chega primeiro ao CMS/RJ para ser aprovado? Quando vem para nós já foi aprovado por outros meios. No CMS/RJ somos o Controle Social que deveria vir em primeiro lugar e que deve passar para a gente e depois para os outros Órgãos. **A conselheira Gabriella Santoro da Silveira Machado** deseja saber quais vão os serviços que vão ser objetos da receita assessória por achar que ali que a empresa da parceria pública privada vai ter o lucro? Esses serviços da bata cinza, que muitas falam que a bata branca está reservada e não vamos ficar preocupados com isso. Muitos serviços da bata cinza são também pontos de contatos com o usuário. Então quando ao ver o segurança e os atendentes da recepção, isso também faz parte do atendimento ao usuário. Por isso, gostaria de saber se pode repetir? É obviamente como sou Doula e todos falando do HMSA, mas deseja deixar claro que temos que se lembrar da Maternidade Maria Amélia que desde 2012 acha que foi construída para ter um atendimento referenciado na humanização do parto e para a humanização do nascimento dos bebês cariocas. Ela é referência e tem gente que sai da Baixada Fluminense até a Maternidade Maria Amélia e você deve saber disso. Perguntou se isso vai afetar o atendimento das gestantes? Em que essa Parceria Público-Privada vai afetar em termos de filosofia de atendimento que hoje o atendimento ao parto no Rio de Janeiro a referência é a Maternidade Maria Amélia. **O conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou que se sente contemplado por aqueles que o antecederam. **O conselheiro Marinaldo Silva Santos** perguntou se passou na Plenária da AP 1.0 a questão do PPP? Acha que está falando de privatização, porém o Dr. Fernando não coloca como privatização. Na realidade é privatização que corre no município do Rio de Janeiro como as administrações do Prefeito Eduardo Paes. A Administração do Secretário de Saúde Daniel Soranz e do Hans Dohmann são privatistas, aliás, o governo Eduardo Paes é privatista. Não considerarmos que Parceria Público-Privada está pensando só em usuários. Isso fortalece a iniciativa privada que doa dinheiro para fazer campanha já que daqui a um ano iniciará a campanha eleitoral. Então essas questões não passam em branco. Temos que repensar a Lei, mas também é uma questão ideológica a transferência de dinheiro público para o capital privado. Eu considero prova de incompetência desta Administração em gerir um hospital que tenha o tamanho que for. Estamos falando de um equipamento de saúde, que se for dado ou oferecido para ser administrado por uma empresa privada, significa dizer: “estou oferecendo para você a comissão para fazer o que não sou capaz de fazer”. Além, evidentemente da questão ideológica que é pública. Eu sou petista militante e minha questão com o partido é estar junto com o governo, do ponto de vista ideológico. Se alguém vai ao encontro da Câmara Municipal do Rio para votar no meu partido contra o PCCS, que ele não seja incluído na LDO. Acha que temos que recomeçar e repensar o papel nosso porque como foi dito, talvez pelo Abílio, que na realidade nós aprovamos, mas nos colocamos contrário por medo porque a saúde está um caos. Não é à toa o que aconteceu em Irajá e querem que o usuário seja culpado quando faltou estrutura e profissional que poderia fazer o atendimento. Não estamos aqui dizendo que tem que agredir profissionais, não é isso pelo amor de Deus, mas estão transferindo a responsabilidade para o usuário. É institucional a

responsabilidade da agressão. O **Dr. Fernando Rocha** disse que foi uma constatação e como constatação que corrobora com a PPP no HMSA que vai trabalhar para os doentes com manutenção predial e manutenção de equipamentos, além de renovar o parque tecnológico e o reinvestimento disso. Isso para o HMSA e para a maternidade. Vamos renovar o parque tecnológico, inclusive do arco cirúrgico. Então vamos renovar o parque tecnológico e fazer a manutenção deles. Respondendo ao conselheiro **Abílio Valério Tozini**, que questionou porque não passou primeiro no CMS/RJ, disse que a legislação do PPP, ela exige para além do CMS/RJ uma Audiência Pública para (inaudível) que teve é foi publicada e tiveram vários questionamentos durante trinta dias de consulta pública, que quando acabou tivemos uma audiência pública no dia catorze de dezembro e compareceram os privatistas e os usuários que questionaram durante a consulta e foram lá e reiteraram essas perguntas e nós respondemos. Então podemos encaminhar o instrumento e a documentação que consta no processo que é público para o CMS/RJ, inclusive para o Controle Social. Este processo foi submetido a consulta pública e audiência pública. Respondendo às perguntas da conselheira **Gabriella Santoro da Silveira Machado**, que falou sobre receita acessória e informou que a receita acessória vai abater a contraprestação mensal. Existe a prestação mensal pecuniária e não tem natureza convencional, pois é contraprestação mensal. Vamos pagar pelo serviço que vai ser feito. Então é bom ficar registrado no momento desses o parceiro privado já que o consórcio ASPE não vai ter lucro, mas vai ter depois de oito ou nove anos que será estimado (inaudível), que é uma taxa de retorno. Então, o processo foi submetido ao Tribunal de Contas, que arquivaram mediante a um esclarecimento que nos foi dado, inclusive, ao Ministério Público também. A **conselheira Gabriella Santoro da Silveira Machado** disse que essa receita acessória é da contrapartida da prestação mensal. O **Dr. Fernando Rocha** respondeu que isso é que é pouco. O retorno vai ser expressivo não na receita acessória, pois pode não ter sucesso por estar explorando uma lanchonete da unidade. O estacionamento sim porque é para todos. A **conselheira suplente Miriam Andrade de Souza Lopes** disse que não vai ter sucesso porque o restaurante de lá fatura. O **Dr. Fernando Rocha** respondeu que vai tirar isso de lá. A **conselheira suplente Miriam Andrade de Souza Lopes** disse que você falou que não vai ter sucesso, vai ter porque o de lá já fatura muito. O **Dr. Fernando Rocha** disse que o Pronto Upa, nome dado para aquela lanchonete mas aquela concessão, aquela outorga foi da Secretária Municipal de Fazenda e não passou por nós. Prosseguindo, disse o que a PPP vai influenciar no cuidado ao parto e que o parto da Maternidade Maria Amélia vai melhorar, vai aperfeiçoar cada vez mais porque não vamos mexer no RH e vamos continuar com a assistência. Agora quem prestará atividade assistencial lá isso não depende do regime jurídico do profissional se ele é celetista ou estatutário. Se o paciente recebe um bom atendimento temos que fomentar esse instrumento. Então a assistência é feita pela SPDM por meio de contrato de gestão. Com isso só vai reformar a estrutura da Maternidade Maria Amélia. **A Presidente do CDS da AP 1.0, Senhora Mariléa Ormond** pediu Questão de Esclarecimento. Disse que acreditam que a Lei da Transparência existe. Os Chamamentos que houve para a mudança das OS's para a administração da AP 1.0, que participou de cada uma. Que chega de manhã e sai à noite, inclusive têm as atas de cada uma porque exigimos que desse uma ata do que ocorreu no Chamamento. Então sei o que se passou. Mas do Chamamento HMSA não tomaram conhecimento. A AP 1.0 não foi informada e os conselheiros da Comissão Executiva também não. Que cobrou isso do Secretário de Saúde na última

reunião que teve com a presença dos dez presidentes distritais, inclusive deu encaminhamento dos processos que estavam parados. Ainda na reunião, perguntou onde estavam os processos para o Pleno votar. Ele solicitou a Assessora Liliane e a Secretária Executiva Lúlia que retomassem esse papel de encaminhar os processos. Disse que está preocupada que o Ministério Público provoca e que não é a toa que está respondendo dois processos civis deste Órgão por não dar as informações corretas do que acontece na AP 1.0. Que está esclarecendo aos senhores que nós não fomos informados. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** disse que depois fará sua colocação sobre o Complexo. Antes deseja esclarecer que durante muito tempo deram “pancada” no “Juruá” pela questão da implantação das OS’s na Zona Oeste nos bairros de Sepetiba, Paciência e Santa Cruz e que foi aqui chamado de vendido e de comprado. Então hoje gostaria que os integrantes do CMS-RJ fizessem uma visita para ver como está funcionando hoje, realmente, os serviços com a OS’s junto aos estatutários perto da nossa região. Os funcionários que entraram no ano de 1988 estão morrendo abandonados e que não vê o sindicato ir lá para fazer uma cobertura. Que em julho dois funcionários morreram dentro de unidades de saúde. Um infartou e o outro foi encontrado morto dentro de casa depois de quatro dias. Então estranho quando o colega fala que o conselheiro Geraldo discorda dele há quarenta anos. Realmente não preciso de burguês e sindicalista dependendo de algo que sabe o que é, pois eu vivo na ponta e na minha família têm vários funcionários públicos como meu pai e minha mãe foram. Não dependo da ajuda de um funcionário público somente para me atender. Só dependo dele dar assistência para se qualificar. Que não chama funcionário público, mas chama de servidor público, pois tem o melhor respeito por saber da dificuldade de ingressar no serviço público, seja também na segurança. Disse que sabe o tanto que ele estuda para chegar e onde quer. Então o servidor público sempre terá o seu respeito. Agora não admite e nem vai admitir que se faça uma defesa e se faça um julgamento, pois ele está vivenciando algo que presenciou uma mudança. Agora se ele presenciou e está citado no debate vamos respeitar, pois saí de um deserto que durou vinte e cinco anos para dar lugar à implantação de vinte e oito unidades de saúde. As Unidades de Atenção Básica não tinham investimentos na Zona Oeste há mais de trinta anos. Então gostaria de ver os senhores lá para verem o que está funcionando ou deixou de funcionar para fazer um debate como a parceria se dará. A nossa responsabilidade de conselheiros é fiscalizar, pois lá fiscalizam. Que, por exemplo, quando fez parte da CTA, glosou várias folhas da OS SPDM e também glosou serviços que não eram assistidos. Então teve esse esclarecimento. Esse é o desabafo porque disseram que o conselheiro Geraldo estava vendido. Na gestão passada, gostaria que os senhores se lembrassem dos assessores da Secretária Municipal de Saúde da época. Informou que buscou esclarecimento e perguntou como isso vai funcionar porque hoje o HMSA não é municipal e sim hospital que atende pessoas do Estado do Rio de Janeiro. Então, como será cobrada a contrapartida? Como se dará a entrada e também dos atendimentos aos usuários oriundos de outros municípios já que esse hospital não atende apenas os usuários do município do Rio de Janeiro, pois chega um usuário do município de Duque de Caxias e será regulado para ter atendimento e o mesmo direito a assistência do que lhes é devido, pois o SUS preconiza isso. E, como a PPP vai trabalhar a situação dos usuários que vem de outros municípios? A empresa (PPP) que está lá fazendo a Gestão vai entender que esse usuário é do município de Duque de Caxias, pois naquele município ele se trata com os recursos para cuidar de sua saúde. Como a

empresa vai cobrar ou faturar os serviços desse paciente de Caxias, ou seja, um usuário que não é do município do Rio de Janeiro? A título de esclarecimento a Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes informou que ele se refere a Metropolitana a qual abrange onze municípios da Baixada e o Rio-Capital. Eles terão os mesmos atendimentos como tem hoje o nosso serviço e que não é um hospital do município do Rio de Janeiro e sim da Metropolitana. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** informou que quase todos os que lhe antecederam tiraram suas dúvidas em relação a isso, mas o conselheiro Geraldo quase terminou de tirar dúvidas, mas não deu. Ele falou do atendimento ao usuário e como será este tipo de atendimento? Para entender melhor esse processo da PPP, que particularmente é contra porque já vivenciou essa história, aliás, já vivenciamos essa história juntos e não deu certo. Mas agora vamos ver se a PPP vai dar certo. Esse perfil do HMSA vai mudar? Ele tem um perfil de atendimento, mas com a PPP vai mudar? A **conselheira suplente Denise Resende Sanches** disse que o Dr. Fernando Rocha falou que já passou em todas as instâncias, a saber, a municipal, audiência Pública, consulta Pública, mas acha que a apresentação falhou muito. Quem teria que apresentar para avaliarmos melhor é o Tribunal Contas do Município, que estuda o município do Rio de Janeiro para saber quanto de orçamento vai passar e quanto gastaremos nessa situação já que será pago pelo orçamento do município do Rio de Janeiro. Disse que a Capex e Opex vão vigorar por trinta anos, que é a compra de equipamentos, estrutura e obras. E quem vai gerir o hospital? A compra de materiais cirúrgicos e de outros materiais será pelo município do Rio de Janeiro ou pela Opex? O Dr. Fernando Rocha informou que é pelo município do Rio de Janeiro. A Capex vai comprar esses equipamentos de ressonância. Não adianta que em trinta anos, porque um equipamento de ressonância e outros equipamentos não atenderão mais a população, pois chega um momento que esses equipamentos não servirão mais. Então acha que trinta anos é muito para pagarmos cento e quatro milhões por ano. Acha muito difícil manter uma excelência daqui alguns anos. Acha que tanto nós e quanto vocês não conseguiram. Acha que deveríamos ter uma discussão mais aprofundada, mas infelizmente acha que veio para o CMS/RJ como uma carta definida. Então vão apresentar e depois aprovaremos. Isso vai desperdiçar muitos recursos financeiros da população. O conselheiro Júlio Moreira Noronha informou que participamos disso. Primeiro vieram as Fundações, que sobre elas um dizia ao povo que funcionariam para salvar vidas. E vimos o que aconteceu. Depois vieram as Cooperativas e cada funcionário tinha sua carga horária e assinava o ponto, mas o Fausto está respondendo até hoje e por último as ONG's. Perguntou se é para votar, mas disseram que não teria votação. Em 2008, através dos Sindicato dos Médicos denunciou a OS IABAS e não deu em nada. Eles pegaram uma grana segura na pandemia. Voto contra para não ter votação, pois estamos fazendo papel de palhaços aqui. A gente tem que fazer uma moção de repúdio talvez ao CMS/RJ porque somos contra. Não é por questão política porque um funcionário da limpeza e um maqueiro são profissionais e ficam na deles. As pessoas têm experiência do que fazem. Não pode ter uma alta rotatividade. E o que vai ser? No Ministério da Saúde estão mudando os funcionários e a base técnica é contra. Por quê? Porque agora teremos eleição para vereador. Chame o prefeito, pois sou contra e tem que ter uma moção. Disse que recebeu um documento que rezava que eles não serviam para nada. Pedindo um aparte a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** explicou que isso perpassa pela Câmara Municipal do Rio (chamado pelo povo de Câmara de Vereadores), pelo Tribunal de Contas e pela Casa Civil para cada um fazer Audiência Pública. A primeira apresentação deveria

ser feita na AP 1.0 porque são onze conselhos (dez distritais e o CMS/RJ), pois para chegar até aqui teria que passar pelas bases como foi feito no bairro de Benfica, inclusive a Senhora Mariléia disse que participou dessas licitações e dos processos. No município não passou (pelas bases), mas hoje está sendo pautado? Disse ao Dr. Júlio que o Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro enviou um ofício ao CMS/RJ para ser pautado. Os integrantes da Comissão Executiva acataram em meu nome e por isso, hoje, convidamos o Dr. Fernando para explicar a solicitação. Quem quiser ponto de pauta aqui a Comissão Executiva se reúne, analisa e pauta. Depois chamam os atores para apresentar e explicar, mas não receberam nada. Não estava em Diário Oficial e cobrou isso do Secretário de Saúde. Então discorda porque deveria passar (pelas bases). Disse que não viu o Controle Social na Câmara Municipal do Rio, mas antigamente na audiência havia um local para os dez presidentes distritais e os conselheiros. Isso faz falta. Então tem que falar com os Vereadores que isso tem que passar primeiro pelo CMS/RJ, pois somos nós que aprovamos e além disso passa também as verbas pelos conselheiros. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** pediu Questão de Ordem. Disse que precisa de ajuda do CMS/RJ para participar disso. Quando adentrou na Câmara de Vereadores para participar dessa Plenária se inscreveu para falar, mas somente os vereadores falaram. Por quê? Quando chega a vez do usuário falar, um vereador ou vereadora fica incumbido de apertar o botão de tempo, ou seja, o usuário não tem mais tempo. Então a SMS tem que tomar uma providência. Não vou voltar lá. O **conselheiro Júlio Moreira** Noronha disse que sua Questão de Ordem é para fazer um documento para nos informar. Então acha que falando seriamente e sem brincadeiras nós temos que fazer um documento assinado se posicionando contra isso porque já passou um (ofício, documento) e pode passar outro. Os dois podem passar na frente deste documento. O **conselheiro Wagner Gomes Bezerra** informou que não temos dúvidas até pelo tempo que está aqui de que os gerentes, os superintendentes, os gestores venham aqui para esclarecer a gente. Claro que sim e fazem com muita competência. Isto é óbvio e que está aqui desde abril de 2016 e desde esse ano sabe da competência dos senhores para explicar tecnicamente tudo isso. Mas na verdade tem algo que fomenta e arde dentro da gente como trabalhador porque a Senhora Miriam está aqui e outros representantes profissionais estão aqui e os usuários também. Nós estamos vivendo uma época com o gestor, do chefe do Executivo ao Secretário se afastando de todos. Eles não veem aqui. Eles poderiam estar aqui falando com entusiasmo de tudo e dizendo que vai dar certo por conta disso. Não apenas trazer o técnico para explicar com excelência e que está explicando muito bem. Porém, têm algumas coisas que ficaram obscuras, claro que nós não temos a questão técnica que eles têm. Perguntou se pode ser explicado ou reexplicado? O Dr. Fernando Rocha disse que pode com certeza. Prosseguindo, o conselheiro Wagner Gomes Bezerra disse com certeza que podem vir aqui várias vezes e que nós temos força de representação, de fiscalização e deliberar. Então entende que nós estamos vivendo uma época que está entre a ironia e a tirania. Entenderam? Isso está muito claro. Ele poderia entrar por essa porta e vir aqui explicar. O secretário de saúde poderia vir aqui falar com todos e sentar com toda tranquilidade, mas ele não nos recebe para a Mesa de Negociação do SUS. O Secretário Soranz dentro da Câmara Municipal do Rio, falou que se tiver protesto não terá o PCCS. A voz de vários profissionais foi calada ali dentro, eles não puderam falar. Não é só o usuário. Então assim, cria-se uma suspeição muito grande porque entre outras épocas nós tivemos previsibilidade orçamentária e no meio do caminho a

previsibilidade orçamentária sumiu, desapareceu. Então nós estamos sempre preocupados com isso e sobre o que vai acontecer no meio desse jogo. A regra é essa, são dois tempos de quarenta e cinco minutos, bola no pé, vamos jogar e temos que fazer um gol. Mas algumas coisas podem acontecer e desviar tudo isso. Então todos que falaram, falaram muito bem com o temor necessário porque é temeroso. Você tem um chefe do Executivo; eu repito um Secretário que não fala com ninguém do CMS/RJ. Se a querida presidente Fátima Lopes fala, que bom. Nós tivemos uma oportunidade com a conselheira Lucimar que veio aqui. Tivemos a oportunidade no início do ano do calendário da Câmara Municipal do Rio quando o prefeito estava presente e falamos (inaudível) com o Vereador Paulo Pinheiro e ele enrola, enrola, enrola. O PCCS, ele enrola, enrola é sai. E sai pela tangente. Na verdade, é de se estranhar porque muitas coisas que estão determinadas na Lei não se cumpre. A começar com a questão do PCCS que tem que ser cumprido, mas ele disse que é uma decisão política e que não vai fazer. Ele falou isso para os trabalhadores. Então nos assusta, pois é um tempo realmente, posso dizer e com tranquilidade que isso é um tempo de trevas. Temeroso, entenderam? Porque apesar de todo o empenho aqui do Dr. Fernando falar e explicar adequadamente, a gente tem um temor muito grande das coisas que irão acontecer. Os contratos de OS's tinha lá o retroativo 3.8, que reza: "tem que cumprir a Legislação Trabalhista Previdenciária" e eles não cumpriram. Foi um horror, foi um rastro de corrupção e sucateamento. Então da mesma forma que o Dr. Júlio aqui colocou, acha que este CMS/RJ, essa plêiade pode, a partir de agora dizer: olha, questionamos isso, não queremos isso. Vamos rever isso aí, pode ser? Na boa, na democracia, na tranquilidade, com respeito. Que empenha o seu respeito ao Senhor Fernando falando ou a qualquer gestor, respeito todos eles. Mas decisões políticas, viés políticos a gente tem que evitar. Tem que ser o que é bom para nós. E todos nós temos experiência. Nós sabemos o que vai acontecer. Obrigado a todos. Saudações! Finalizando, o Pleno o aplaudiu efusivamente. Aberto o segundo ciclo de respostas. Sobre a pergunta do conselheiro Geraldo, como será a entrada no HMSA dos pacientes que não são do município do Rio de Janeiro, que vão faturar ou cobrar dos outros municípios o atendimento desses pacientes? O **Dr. Fernando** Rocha respondeu que a SMS continuará as ações de procedimentos de retorno junto a esses municípios. Isso hoje já existe. Então a Subsecretaria Geral é responsável e vai continuar com esses procedimentos de reingresso. Principalmente agora já que o HGSA foi reformado e acabará naturalmente atraindo mais pacientes, mais usuários. O perfil de atendimento continuará o mesmo. O Hospital Geral Souza Aguiar (HGSA) atende demandas espontâneas, exceto as demandas de emergência clínica. O HGSA atende demandas de trauma. A Maternidade Maria Amélia que a colega Gabriella Santoro colocou é de excelência mesmo. Então não vai mudar. O Hospital será gerido pela Coordenadoria Geral de Emergência e vai continuar como sempre continuou pela Coordenadoria Geral de Emergência da AP. 1.0, com a Dra. Paula Travassos já que é responsável pela Coordenação da (inaudível), sendo os três diretores subordinados a esta Coordenadoria e público cem por cento, pois é capital nosso e não terá nenhuma transferência de titularidade desse serviço. Compra de materiais e equipamentos. Material permanente será pela Capex, mas o material médico cirúrgico não vai ser pela concessionária e sim pela Administração Direta. Prosseguindo, disse que a conselheira suplente Denise Resende Sanches informou que trinta anos é muito tempo. Então respondeu que trinta anos é muito tempo e aí está previsto o reinvestimento. Então quando pega o Capex na ordem de oitocentos e

quarenta e oito milhões, isso significa um total de trinta anos e que vai custar quatrocentos milhões nos três primeiros anos e depois o que está em azul é o Capex. Foi estudada a depreciação dos equipamentos, algo que não acontece na Administração Pública, infelizmente. Então será reinvestido, pois está dentro do Capex. Representando a Mesa, **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu o Dr. Fernando já que está de férias, mas a assessora Liliane ligou para ele que confirmou a vinda na reunião de hoje. Obrigado! Como todos falaram aqui agradeço a você por explicar o que estava na mídia. “Burburinho” na plenária. **Ponto cinco:** Indicação de Usuário em substituição a conselheira Cleide Fernandes da Silva no Comitê de Ética e Pesquisa da Fiocruz. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou quem gostaria de se candidatar para participar do Comitê de Ética e Pesquisa da Fiocruz como suplente no lugar da conselheira Cleide e que precisa ser usuário. Não houve manifestação do pleno. Então ficará para a próxima reunião, de novo! **Ponto seis:** Informes da Presidente do Conselho Municipal de Saúde. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que a partir de hoje às reuniões do Conselho Municipal de Saúde acontecerão até dezembro nesta sala de reuniões, pois o Auditório Meri Baran entrou em obras e lá será criado outros departamentos e que farão outro auditório. Membros do Colegiado que não se identificaram perguntaram pela sede do CMS/RJ? A presidente respondeu que estamos ainda no bairro de São Cristóvão. Membro do Colegiado que não se identificou disse que na última reunião indagou se falaria com o Secretário, mas presidente quem veio? Perguntou. Os que estavam presentes até aquele momento na plenária foram os conselheiros Edileusa, Ludugério Silva e a presidente do CDS da AP 1.0, senhora Mariléia, sendo a única cumprimentada pelos presentes. Porque lá estávamos em um auditório e a clínica é pequena e precisa aumentar os serviços. Foi àquela situação que aconteceu com vocês, que falou para a conselheira Edileusa e se é para aumentar os serviços à gente se adapta em outro lugar, mas não em um lugar pequeno. Então na AP 2.1 a Secretária Executiva Lúlia não pode ir por questões pessoais já que deram uma sala maior para a AP.2.1, mas que vai entrar em obra. Prosseguindo, a Secretária Executiva Lúlia foi lá e eu me apaixonei, pois a sala e o banheiro são privativos apenas para o CDS da AP 2.1. A **conselheira suplente Maria Edileusa Braga** Freires disse que não é para todos daquele setor. O último informe é sobre a Conferência Nacional de Saúde (CNS). Informou que se cansou e acha que a mesma e a Secretária Executiva Lúlia perderam três quilos cada já que não conseguiram dormir. Que conseguiram mais vinte vagas e que chorava que tinha duas vagas e meia. Conseguiu junto a Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Saúde pagar às despesas dos profissionais e dos usuários para ir de avião e não de ônibus. Que falou isso dentro do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Nós fomos nós e tivemos entraves e muitos conselheiros ficaram insatisfeitos, mas não só a delegação do Rio de Janeiro, mas delegações de Minas Gerais, do Espírito Santo e de São Paulo. Adiantaram nossa ida de domingo para sábado. Chegamos lá às nove horas da manhã ficamos até oito horas da noite sem água e sem comida esperando a Rede Hoteleira. Ligamos para muita gente e os outros ligaram como a delegada Mariléia que ligou para o patrono e depois para outras pessoas. Quando foi sete e meia da manhã alguém falou no seu ouvido chama o pessoal do Rio de Janeiro que vocês vão para São Paulo. Que viu a desorganização de Brasília, inclusive para o presidente do CNS que a procurou achando-a junta a Secretária Executiva Lúlia. Ele sussurrou no seu ouvido dizendo que o Rio de Janeiro sempre cria problemas. Então respondeu que ele tem que

aprender a trabalhar porque já está no terceiro mandato e não aprendeu, mas que a mesma trabalha. O nome dele é Dr. Fernando Pigatto, usuário e Presidente das Federações de Favelas que deveria respeitar um pouco o Controle Social. Porém, tudo transcorreu bem na Conferência e afins. Sua filha viu tudo no YouTube (alguém falando) o que a presidente do município do Rio de Janeiro fez nada. Eu domino aqui (neste município). Quando chego ao Estado do Rio de Janeiro domino e nacionalmente eu falo. **Ponto sete:** Informes das Comissões do Conselho Municipal de Saúde. 1) Comissão de Saúde do Trabalhador (CIST). A **conselheira Maria Angélica de Souza** informou que havia pedido uma agenda para essa comissão. Lembra Presidente? Disse que antes de irem à Brasília participaram da reunião da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador do Estado do Rio de Janeiro. Houve a participação de pessoas de muitos municípios porque o Estado do Rio de Janeiro teve a questão de abrir mão dos recursos e acham que não precisam de dinheiro para a CIST. Foi uma cobrança a nível Estadual. Teremos uma reunião com a Coordenadora Estadual que vai reunir as comissões dos municípios para nos organizarmos e criarmos uma rotina, além da cobrança dos recursos da Saúde do Trabalhador. Com relação ao município do Rio de Janeiro, a questão de um dos nossos Cerest que não foi oficializado ainda e não tem recursos próprios. Então é mais uma questão que estamos aguardando ainda, não é Presidente? E, com a presença e a participação da Coordenadora de Saúde do Trabalhador na Gestão. Então deixo claro que nós não estamos tendo acesso, mas independente de acesso só precisamos dessa agenda para que se organizem, informando os documentos em nome desta comissão. Pedir uma agenda e não ter o retorno fica vago. Então queremos uma documentação oficial dos participantes da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador. Presidente, precisamos da agenda o mais rápido possível para trazer os sindicatos. A agenda é o espaço para termos a data mensalmente. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que verá o espaço. 2) Comissão de Saúde Mental. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** informou que os integrantes desta comissão desejam convidar aqueles que desejarem participar e a próxima reunião será terça-feira, dez horas da manhã. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** informou que não será possível, pois o espaço está agendado para uso do Conselho Municipal de Saúde somente na parte da tarde. A **Presidente Fátima Lopes**, confirmou a informação prestada pela Secretária Executiva Lúlia Barreto. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** perguntou se teria uma sala menor porque tem poucas pessoas. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** ratificou somente à tarde, pois houve afunilamento dos espaços. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** perguntou se terão um horário para convidar aqueles que desejam participar. Nessa reunião vão tentar entender o papel dessa comissão e como vamos interagir, pois temos que interagir com as dez Áreas Programáticas para ver como está à questão do atendimento a população no que se refere à saúde mental. 3) Comissão de Saúde e Justiça Reprodutiva (CSJR). Alguém na plenária não se identificou e perguntou quais são os integrantes desta comissão e, se a presidente Fátima Lopes tem a relação porque acionou no grupo e não responderam. A comissão está esvaziada? Em seguida a **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** informou os integrantes da comissão: Sônia Nascimento, Daniela e a própria que não se identificou. Alguém da plenária que não se identificou perguntou se poderia compor a CSJR? **Ponto oito:** Informe dos Conselhos Distritais de Saúde. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** informou que tiveram duas plenárias, inclusive agradecendo a presença da presidente aqui e que foram duas reuniões

muito proveitosas. As primeiras reuniões que colocamos cento e trinta pessoas no Fórum para falar sobre a questão da saúde na nossa região, a qual está passando por um momento crítico. Os senhores estão acompanhando pelas redes de televisão da guerra que está acontecendo na região? É uma guerra civil real e a situação é grave. Então, estamos vivenciando essa situação lá e por isso, agora à tarde duas clínicas foram fechadas devido a essa guerra. Tivemos duas reuniões no fórum e a primeira foi sobre a questão da saúde mental da AP 5.1. Recebemos com perplexidade e com certa frustração o Coordenador de Saúde Mental Dr. Hugo. Estávamos em uma campanha para a implantação do CAPSI na área de Santa Cruz que iria atender os bairros de Paciência, Santa Cruz e Sepetiba. Infelizmente só conseguiram os serviços e não foi o que desejamos. Na segunda reunião, veio à promotora de recursos humanos para falar sobre a questão dos serviços gratuitos dos sepultamentos. Na saúde dependemos muito dos protocolos, dona Lúlia. É bom que depois leve isso para a comissão responsável que faz esse acompanhamento. Mas defendemos muito para que esse usuário sem condições tenha esse serviço gratuito e que ele tenha uma boa informação na ponta, na Atenção Básica como ele pode utilizar quando necessitar porque o pessoal morre em casa, mas o médico da clínica não quer atestar o óbito. Isso dificulta o sepultamento, pois até chegar com o corpo no IML é necessário atravessar setenta quilômetros. Então precisamos criar uma secretaria, depois o CMS/RJ vai fazer uma intervenção e procurar a comissão para orientar sobre isso e que dê uma luz aos usuários. Mas esses serviços estão lá disponíveis, mas existe um critério. Complementando, a **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** perguntou ao conselheiro se está no grupo do Conselho de orientação ao luto. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** confirmou, mas tiveram um problema. Têm pessoas que estavam fazendo esse meio campo. Ela colocou que depende muito do Instituto Municipal Nise da Silveira que é o primeiro acolhimento. O usuário morreu em casa. E o que a clínica da família definir e o que vai facilitar. A **Presidente do CDS da AP 3.3 Sílvia Lessa Figueira** informou que a AP 3.3 têm muitos problemas. Relatou que tem um problema grave no Hospital Municipal Francisco da Silva Telles (HMFST) de médicos e de vigilância. Não adianta colocar controlador de acesso. Nós temos guardas municipais espalhados à toa. Está na hora de repensar a segurança nos hospitais não só no HMFST, mas em maternidades e nos hospitais da Zona Oeste porque o que aconteceu lá e que levou o paciente a fazer aquilo tudo e entrar por dentro do CTI onde uma pessoa veio a óbito, não pode acontecer novamente. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** informou que tiveram um problema com a sede. Disse que é a terceira mudança de sede e que tinha uma sala muito grande, mas tivemos que ceder para entrar o laboratório de HIV/AIDS. E saímos para uma sala menor, mais confortável onde cabe o mobiliário. Depois fomos para outra sala porque a anterior passará por reformas para virar um centro de vacinação. Cedemos porque é para o bem público. E, agora querem nos colocar em uma sala menor ainda, mas antes terão que desmontar os móveis e não aceitamos. Foi lhe dito pelo hospital que estavam impedindo o avanço da farmácia popular e que vai atender a população, muito bom, mas o CDS da AP 2.1 tem a sua importância. Agradecemos o apoio da Secretária Lúlia Barreto e o apoio da Presidente Fátima Lopes que foram lá e conseguiram uma sala que minimamente atende as necessidades de pelo menos de guardar o mobiliário, pastas e nossos caixotes. Que não dá para fazer uma reunião da Comissão Executiva lá. O outro informe é que continuamos recebendo reclamações sobre a falta de medicamentos nas farmácias. Isso é inaceitável já que a população carente vai lá e pega um

receituário, depois vai à farmácia e não tem a metade dos medicamentos. Até dipirona está faltando. Então o CMS/RJ tem que exigir uma solução para esta situação. Sei que a tabela Nacional do SUS não permite que o município pague mais, pois quem responderá é o prefeito por pagar mais do que deveria ao usar dinheiro público de forma inadequada. É o pobre que fica sem medicamento. Também tem que ter uma solução para esta situação. Então estão reclamando há vários meses da falta de medicamentos. Estamos aqui como voluntários. A **conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires** informou que deixará registrado que fizeram uma visita na Ilha do Governador na segunda-feira porque é um processo que envolve as AP's 3.1 e 2.1. Lá estivemos e vimos como é maravilhoso e está pronto. Registramos tudo, depois vamos fazer um ofício, certo Abílio? Que ficamos encantados com o trabalho que será desenvolvido. É uma parceria com a Maternidade Escola. Isso só vem a somar. O médico que os recebeu é o responsável pelo trabalho. Ele disse que é um centro de pesquisa que lá na ponta ele vem para a Maternidade Escola. Ele vai atender o bebê desde a barriga da mamãe até essa criança virar adolescente para ver certos tipos de doenças. Perceba, a Maternidade Escola da UFRJ fez parceria conosco e porque eu sei o que passei na Maternidade Escola com o meu neto que nasceu com hidrocefalia em 2004. Para ele sair, depender de uma ambulância móvel para ir ao Hospital Municipal Jesus para fazer um exame e que estava esperando há três semanas para ser feito. Então lá terá suporte para os estudantes. É algo maravilhoso que vem para a AP 2.1 e para os bebês. A **conselheira Telma Pires Nogueira** informou que está presente representando a Presidente da AP 5.2, Cândida Serrão. Informou que encontra-se bem e que está um pouco cansada, debilitada ainda por conta da viagem. Hoje, não tem nada para reclamar e que está até aprendendo porque a saúde pelo seu entendimento não é estranha já que dentro da comunidade se erguer vigia o Posto de Saúde Dr. Oswaldo Vilella. Mas aqui nessa reunião está aprendendo muito com os senhores. Por isso, deseja se apresentar. Informou que é presidente do Movimento de Mulheres Vitória Régia, uma Instituição Social e que faz parte do CMS/RJ, enquanto Instituição. A **conselheira Nancy dos Santos Senhor** informou que no mês passado fizeram a reunião do CDS da AP 2.2. O Tema foi sobre o Racismo. Disse que chamaram várias pessoas para o debate e que amanhã terão a reunião do CDS da AP 2.2. O horário é 14 horas até às 17 horas e quem puder está convidado. Disse que está fazendo a sua supervisão discretamente porque o Presidente Filipe pede aos usuários para irem às clínicas perto de suas residências. Que foi hoje ao CMS Maria Augusta Estrella e seus integrantes participam do Colegiado Gestor e que participa de duas: a do CMS Maria Augusta Estrella e o outro fica no antigo zoológico e que até foi aos médicos e lhe disse para montar a piscina e o restante do que ali estavam, mas os médicos ficaram em dúvida. Então foi quando falou para eles que iria cobrar isso dos gestores. Que foi a Clínica do Mangue para sugerir ao gestor para que monte uma biblioteca com livros para os funcionários pegar e ler. Estamos brigando com ele para colocar um quadro de avisos do que é oferecido nesta unidade de saúde. Então tem que ter esse quadro e avisos lá, pois os usuários não podem estar esperando para serem atendidos. Nós conseguimos um espaço na Igreja Metodista para fazer as oficinas junto às pessoas onde participa e falou sobre o tema depressão. Muitas pessoas constrangidas começaram a falar dos seus problemas e dali saíram aliviadas. Esses temas são bons para que se façam nas clínicas. A **Presidente do CDS da AP 1.0, Senhora Mariléa Ormond** informou que os representantes do CDS da AP 1.0, o conselheiro Márcio Berman e a suplente Francine não estão comparecendo ao CMS/RJ e que vai

avaliar e escolher novos representantes para o lugar deles. Disse que na última reunião o CDS da AP 1.0 teve como ponto de pauta o tema: Comissão do Arco-Íris, que são os conselheiros da AP 1.0 e que têm assento na Comissão de Ética e que o Senhor Lucas fez uma apresentação maravilhosa. Informou que desde ontem, a Coordenação da CAP 1.0 está fazendo o processo de imunização no Aeroporto Santos Dumont e que teve a adesão dos viajantes. Ainda ontem foi no primeiro andar, mas hoje é no segundo andar. Estamos conduzindo nossos trabalhos com algumas dificuldades, mas fala diretamente com a Presidente Fátima Lopes. Disse que depois gostaria que a Presidente Fátima Lopes pudesse informar, pois está preocupada com a mudança da sede do CMS/RJ para um espaço que foi oferecido pela CAP 1.0 e não sabe se aceitaram, mas estamos aqui para apoiar essa mudança. A questão da avaliação da AP 1.0 na Conferência Nacional de Saúde para ficar registrado, pois parablenho as Conferências Distritais de Saúde e a Conferência Municipal de Saúde que foi brilhante, perto da Conferência Estadual de Saúde que fica perto da Conferência Nacional de Saúde, que foi uma vergonha e desrespeito com os delegados e os usuários. Foi uma Conferência Política, tanto que não assistimos a votação da Plenária final porque viajamos antes. O desrespeito de termos chegado ao Aeroporto por volta de nove horas da manhã até às oito horas da noite, do lado de fora aguardando que fosse apresentado um hotel que poderiam nos acomodar. Foi uma situação muito gritante e muito séria. E qualquer Conselho tem que repudiar o que foi feito, principalmente os nossos cadeirantes, que são pessoas mais sensíveis de necessidades especiais e que foram parar em hotéis que leva uma hora e meia e até duas horas ficando fora do local das plenárias. Deixo registrado que essa Conferência Nacional de Saúde não foi boa, com certeza. Não nos ofereceram nada e não deram nada durante o dia inteiro. Parablenho aqui a Conferência Municipal de Saúde, pois foi muito boa em todos os sentidos. Que ficou muito preocupada com a delegada Clarinha porque precisava de cuidados, pois levou duas horas para chegar ao hotel. Senhoras com crianças pequenas chamando a polícia. Acha que não se foi ou não, mas os seus agradecimentos ao Secretário Municipal de Saúde, Dr. Daniel Soranz porque liguei de lá para ele afim de que desse uma solução porque é Secretário Municipal de Saúde, mas em Brasília é Deputado Federal. Que fêz sugestão para que ligasse para a ministra da saúde e para quem quizer mas nós não queremos ficar nessa situação deprimente e vergonhosa. A delegada Fátima Lopes também passou mal. Foi uma situação que nos deixou muito triste. Você está numa conferência de Saúde e vê que os profissionais de saúde foram maltratados. Fizeram uma passeata sobre a democracia e prenderam um enfermeiro durante a conferência. Isso é muito sério. Também tivemos outro episódio de uma companheira que faleceu. Nós queremos saber o que foi votado lá e o que passou naquele tempo, pois foi uma coisa bem vergonhosa, estressante e cansativa. Aqui fica esse sentimento de dor enquanto profissional de saúde e de usuária do SUS. Porque respeito o SUS e qualquer usuário e também porque sou. Estou na fila do SISREG aguardando alguns exames, respeitamos como qualquer usuário porque profissional de saúde também é usuário. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou que deseja saber se está na memória de cada um dos senhores o seguinte: perguntou qual foi o dia que os Presidentes Distritais e o Secretário de Saúde, Dr. Daniel Soranz se reuniram? Ficamos até tarde lá em reunião. Que dia foi? Não se lembram? Prosseguindo em tempo algum nessa reunião que estava presente foi citado pelo Secretário ou quem quer que seja. É um alerta aos CDS sobre a mudança feita nos CAPS. Disse que enviou vários e-mails para o secretário e teve

uma grande surpresa. Que foi recebido pelo Dr. Renato Cony da AP.5.1 e a pela senhora Daniele, que agora responde pelo Dr. Hugo Fagundes. A senhora Daniele o deixou muito surpreso e com muitas dúvidas, mas que gostaria que os dez CDS procurassem saber quais são as mudanças que acontecerão nos CAPSI? Será que é para melhor? Então estavam reclamando porque vai privatizar o HMSA e que não passou no CMS/RJ. Quais as mais delas é dos CAPSI, pois é mais grave dos CAPSI. Que tomou conhecimento de tantas coisas pelo Dr. Renato Cony e pela senhora Daniele que o deixou muito preocupado. Que está com oitenta e um anos, mas deseja viver mais um pouco, porém seus netos, nossos filhos, o que será do amanhã? Outra situação. Disse que precisa da minuta daquela reunião, porque foi dos Presidentes Distritais com o Secretário. Tem que assumir o comando nisso com o Controle Social ou então faremos o seguinte. Se não tem compromisso com o Controle Social, não tem compromisso com os usuários, não faltava mais nada aqui. Tem que ser respeitado. Do jeito que a gente dar respeito, tem que ser respeitado. E quem quer respeito tem que dar respeito. Com isso, espera que os dez Presidentes Distritais, alerta e procurem saber o que está acontecendo aos CAPSI. A **senhora Daniele** se comprometeu e informou o seu telefone e demais dados. Nesse momento, está vazia a reunião do CMS/RJ com poucos Presidentes Distritais para esclarecer o fato que está acontecendo aos grandes CAPSI das dez Áreas Programáticas. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** perguntou se poderia levar a sugestão dele para a Comissão Executiva incluir na pauta. A Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes respondeu que já anotou. A **conselheira suplente Miriam Andrade de Souza Lopes** perguntou a Presidente se sabe o que está acontecendo com o CAPSI? A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondeu que não, mas ele (Ludugério) poderia chamar a senhora Daniele da Comissão de Saúde Mental para se explicar em outra comissão. **Ponto nove.** Informes da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que falará nesse ponto. A título de esclarecimento, informou que o conselheiro Abílio ligou dizendo que fez a visita em nome da presidente da AP 2.1 Edileusa junto com a Presidente Valéria da AP. 3.1. Mas quando o companheiro chegou aqui pediu um ponto de pauta e ficou chateado pela recusa, naquele momento explicou a ele que na hora da leitura da pauta a Secretária Executiva Lúlia disse que não poderia pautar. Contudo, lá na AP 2.1 tem esse processo. Então os senhores deverão fazer uma reunião e trazer a ata aqui com o que fiscalizaram e a aprovação. Amanhã teremos a reunião da AP 3.1 e irá relatar para a Presidente daquela AP essa situação para que seja aprovado em reunião e depois enviar a ata para vocês anexar. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** explicou para a presidente Fátima que esse serviço que funciona necessita ter a primeira aprovação do CMS/RJ e temos a certeza que a AP 3.1 vai aprovar. Prosseguindo, disse que vão aprovar na AP 2.1 até porque levamos direto os relatórios. O relatório da Vigilância Sanitária não fez recomendações. Outra Equipe da SMS também não fez recomendações. Então está perfeito. Sugeriu votar “ad referendum” porque vai ser documentado o processo. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que não foi uma rejeição porque tem que tramitar quando é um credenciamento de serviço. A Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto informou que a AP 3.3 entregou ontem de moto boy para estar aqui. A AP 5.3 também lhe entregou ontem. Estão correndo do mesmo jeito. Então não é pessoal, ele sabe. Entramos no CDS da AP 2.1, ajudamos na preparação da sala porque essas salas são provisórias até da CAP. Vai ter uma grande obra lá, depois vai ser remodelado outro espaço maior. Porém, enquanto isso

o espaço foi o melhor encontrado. Os senhores concordam? Então está certo. Estamos aqui para somar. Ponto dez: Informes da Gestão: A **conselheira Emanuelle Pereira de Oliveira** Correa informou que o novo posto de vacinação da AP 1.0 no Aeroporto Santos Dumont funcionará de segunda a sábado das 08 horas até 17 horas. Que ficou bem legal o espaço. O município do Rio de Janeiro está representado no Congresso Conasems com o Stand do CIE – Centro de Inteligência Epidemiológica que é pioneiro no País. É o primeiro Centro de Inteligência municipal e um stand também na minhasaude.rio. Que deseja deixar registrado aqui. Só para esclarecer que tem ciência sobre a falta de medicação e ficou sabendo que na próxima semana receberemos alguns antibióticos e na primeira quinzena de agosto receberemos outra parcela do antibiótico dipirona. **Ponto onze:** Informes do Colegiado. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** informou que primeiro deseja agradecer aos outros que estavam como delegados na Conferência Nacional de Saúde, mas aconteceu que seu cunhado adoeceu e teve de deslocar de Inhaúma para Guaratiba. Depois veio a passagem para ir às sete e meia da manhã no sábado e não dava para mim. Tentou ver se conseguia adiar e realmente conseguiu para o domingo, só que o preço estava lá em cima. E aí faltou grana e ficou mesmo em Guaratiba. Não teve outro jeito. Prosseguindo, dia vinte e seis agora, quarta-feira teremos lá na Policlínica Rodolpho Rocco o nosso Colegiado Gestor. Pediu alguém para levantar o cartaz por gentileza e agradeceu. Disse contar com a presença dos conselheiros e conselheiras. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** perguntou se é um convite. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** disse que é um convite do Colegiado Gestor da Policlínica Rodolpho Rocco que vai apresentar o serviço do CAPS III Torquato Neto, viu Silva. O conselheiro Ludugério Silva não contou o segredo, mas com certeza lá não vou contar o segredo com certeza. Obrigado. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às dezessete horas e vinte e um minutos e eu, **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Marcelo Dionízio Gomes

Maria de Fátima Gustavo Lopes

/wuca